



Dados - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 0011-5258

dados@iesp.uerj.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Werneck, Alexandre

“Dar uma Zoadá”, “Botar a Maior Marra”: Dispositivos Morais de Jocosidade como Formas de Efetivação e sua Relação com a Crítica

Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 58, núm. 1, enero-marzo, 2015, pp. 187-221

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21838347006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

“Dar uma Zoada”, “Botar a Maior Marra”: Dispositivos Morais de Jocosidade como Formas de Efetivação e sua Relação com a Crítica

Alexandre Werneck

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail:
av.werneck@uol.com.br

Tá pensando que a coisa aqui é mole, parceiro?
Aqui, o cara come o rato no almoço pra matar o gato de
fome e comer ele na janta
(vendedor de um camelódromo no Rio de Janeiro)

A situação tem lugar em um conhecido “calçadão”, rua de pedestres de intensa atividade comercial formal e informal no coração de um grande bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro: o rapaz, empregado de uma agigantada banca de camelô, oferecedora de produtos que vão de pilhas e carregadores de celular a pequenas utilidades domésticas, está atrasado. Quando finalmente chega, mostra-se esbaforido. A camiseta, suada, indica que ele veio correndo de sua última condução; a respiração, ofegante, torna a voz quase inaudível. Franzino, o jovem praticamente não consegue falar para se desculpar com o patrão. Mas por pouco não seria necessário: o comerciante não aparenta irritação com o deslize. Pelo contrário, parece estar sensibilizado pelo sofrimento físico do jovem. Tanto que acena com uma palavra de apoio: “– Ô, moleque, tá cansado, tá passando mal? Vem cá tomar uma coisa...”. No entanto, ato contínuo, logo que o outro faz menção de movimento: “– ... vem tomar um esporro”.

O caso, concluído com risadas de vários no entorno, sugere um aparente paradoxo: a atitude mais esperada do dono da banca, controlador

DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 1, 2015, pp. 187 a 221.

disciplinar do horário do empregado, seria “pagar esporro”. Havia, aliás, em favor dessa hipótese, um histórico: não era a primeira vez que o jovem se atrasava. Contratado como favor para um conhecido do camelô e por isso “o tempo todo sendo testado”, o rapaz, que estudava longe, “vivía vacilando”. O chefe, no entanto, inicialmente parece optar por não lançar sobre ele uma crítica, o que o levaria a assumir a posição de pertencimento de um estado superior moral. Mas embora não apresente armas e prefira fazer piada, permitindo entender uma redução no peso do erro do outro, afinal não tem lugar a bronca prometida, ele, podemos dizer, *dá um esporro, sem dar*: o “moleque” passa os momentos seguintes envergonhado, não apenas pela exposição pública da falha, mas, e sobretudo, como contaria, por se tornar objeto de chacota de conhecidos e desconhecidos por algum tempo. A partir disso, a definição de um passante dá conta do caso: em vez de admoestar o jovem, o patrão “preferiu dar uma zoadá”.

“Dar uma zoadá”, zoar, caminho de ação do camelô, é algo bastante recorrente nas interações urbanas do Rio de Janeiro. A zoação é uma forma muito peculiar de humor, na qual se faz piada com o outro por meio de uma crítica, real ou não, feita de forma jocosa: é, ao mesmo tempo, uma *agressão pacífica* e um *afago agressivo* – como disse Radcliffe-Brown (1940:196), é um “desrespeito permitido”. Quando se zoa alguém, fala-se a verdade como se fosse mentira, trata-se de forma jocosa e, portanto, relativamente leve, de algo que poderia ser tratado de maneira conflituosa, já que envolve o mecanismo central de situações de conflito, aquilo que tem tudo para iniciar uma tensão interacional: a *crítica*. Afinal, quando se zoa alguém, critica-se o que ele *faz* de errado, o que ele *tem* de errado, de torto, de estranho – de... “zoável”, como dizem vários pesquisados. E a crítica, como veremos mais detalhadamente adiante, envolve a geração de uma polaridade: de um lado, um *crítico*, alguém que se apresenta em uma posição superior moralmente; do outro, um *criticado*, alguém que o outro quer que seja lido como inferior moral. Quando se zoa, essa inferiorização é operada com o polo acusado tornando-se objeto de uma narrativa cuja conclusão se volta para o gracejo e, no horizonte, para certa paz.

O humor e a ironia, então, parecem ser operadores importantes na sociabilidade urbana. A base da discussão aqui apresentada – com os primeiros resultados de um projeto de pesquisa de dois anos¹ – é a constatação da recorrência e da relevância da jocosidade nas interações cotidianas e o tratamento desses objetos, por meio de uma aborda-

gem pragmatista, como *dispositivos morais*. O ponto de partida é o reconhecimento da “capacidade crítica” (Boltanski e Thévenot, 1987, 1991, 1999) dos atores sociais, afirmadora da lógica pela qual eles constroem suas gramáticas morais; dela advém a importância de uma situação-tipo, o “momento crítico” (*idem, ibidem*), no qual alguém manifesta desacordo com os estados (grandezas) alcançados pelos envolvidos em uma situação. Já na definição teórica desse modelo, os autores sublinham uma característica determinante dessa situação: seu nome “faz referência, ao mesmo tempo, à atividade crítica das pessoas e à raridade dos momentos de crise” (Boltanski e Thévenot, 1999:359; ênfase minha). Trata-se, então, de uma ruptura (questionadora) da *rotina*, aquela parcela da temporalidade social na qual ações são efetivadas sem questionamento; é um instante de disputa, no qual duas partes digladiam-se justamente em torno do conteúdo da crítica.

A partir disso, no entanto, a ideia do braço do projeto era analisar o papel desempenhado por dispositivos capazes de efetivar a operacionalização da crítica sem com isso promover uma ruptura radical da rotina – como no caso da crítica direta, do momento crítico – nem se conduzir na direção do uso da força desproporcional². E a jocosidade, explorada neste texto por meio de dois dispositivos, mostrou-se capaz de, ao fazer isso, ao mesmo tempo manter a circulação do conteúdo crítico, e, ao relativizar e manipular criativamente a *forma-crítica*, permitir a modulação de tensões no que tenho chamado de “sociabilidade disputada” (Werneck, 2011, 2013), uma gramática do social reconhecedora do caráter disputado entre seus componentes centrais, admitindo que essa inclinação para a disputa corresponde a um caráter *negociado*, e não de conquista dos interesses a qualquer custo (Thuderoz, 2010)³.

Esse pressuposto nasce de uma dupla articulação de perspectivas analíticas: por um lado, o “situacionismo metodológico” (Cicourel, 1964; Knorr-Cetina, 1981; Collins, 1981; Joseph, 1984), iniciado pelo pragmatismo filosófico de Charles S. Peirce, William James e, na análise do social, em George Herbert Mead e William I. Thomas – este, autor da máxima de que “se os homens definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências” (Thomas e Thomas, 1938:572) –, continuando com seus seguidores – em especial na Escola de Chicago – e que estabelece como unidade analítica a *situação*, ponto fulcral da abordagem pragmatista das *économies de la grandeur* (EG)⁴ que aqui me ajuda a pensar. Por outro, uma visão *compreensiva* (Weber, 2001), centrada no deslocamento dos *valores* para a posição de unidade analítica, conside-

rando-os como objeto e tornando a análise o mapeamento de conteúdos que conferem sentido às ações sociais. Essa articulação me levou a construir um modelo centrado na ideia de *efetivação* (Werneck, 2012). Esse termo, vindo do latim *effectivus*, “que exprime um efeito”, aponta o questionamento a respeito da concretização de uma situação para a *geração de consequências* (que podem adquirir diferentes orientações morais), de maneira que a pergunta explicativa a respeito de uma ação/situação se torna: uma vez que tenha ocorrido, o que fez com que ela pudesse produzir consequências (o que, em última instância, significa que ela ocorreu socialmente)? O objetivo deste artigo, assim, é compreender o papel da jocosidade nesse quadro, considerando sua capacidade potencializadora actancial, centrada em sua possibilidade de proporcionar uma dupla mecânica de efetivação, de oferta de crítica e, ao mesmo tempo, garantia de paz.

Neste texto especificamente, dou ênfase a dois dispositivos⁵, diretamente articulados e localizados nos polos opostos da fenomenologia interacional/situacional: de um lado, a “zoação”, na qual a crítica é apresentada como se não fosse séria ou relevante, mas proporcionando, ainda assim, a colocação de algo do comportamento/das características do outro em questão; e, de outro, a “disputa de marra”, na qual se recusa de forma competitiva a posição moral superior produzida pela crítica, atacando-se jocosamente o crítico com outra crítica – em geral também jocosa, iniciando-se uma disputa. A base desta discussão é a observação etnográfica do calçadão citado anteriormente e de ruas do Centro do Rio de Janeiro ao longo de 2012 e 2013. A partir dessa observação de situações de sociabilidade e uso do humor, discutirei como esses dois dispositivos se relacionam diretamente com a mecânica da crítica e com a vida moral de maneira geral – a partir de uma discussão sobre o investimento energético promovido pelos atores em uma vida social mutuamente avaliadora e a modulação dessa economia por meio do que, inspirado em Hirschman, chamarei de *slack crítico*.

O tema da jocosidade tem recebido atenção esparsa nas ciências sociais. Embora haja área de estudos de humor relativamente consolidada, que une sociologia e antropologia – Seckman e Couch (1989); Fernandez e Huber (2001); Billig (2005); Kuipers (2006); Raskin (2008) –, filosofia e psicologia – Morreall (1986); Critchley (2002); Buckley (2003); L’Yvonnet (2012)⁶ –, estudos de comunicação e teoria da linguagem – Palmer (1994); Hutcheon (1995); Ermida (2008) – e bastante pro-

dução sobre história do riso e do humor – por exemplo, Alberti (1999), Minois (2003) –, a relação entre humor e sociabilidade tem merecido uma leitura bastante menos fecunda do que poderia. Os investimentos mais densos no tema estão na sociolinguística e na antropologia funcionalista britânica.

No primeiro caso, o trabalho de William Labov (1972) merece o maior destaque. Nele, a questão é, em geral, mapear os recursos linguageiros⁷ operados pelos atores sociais em situações de insultos rituais, promovendo uma análise pragmática dessas situações, com ênfase nas relações no interior de grupos de pares. No caso antropológico, autores como F. J. Pedler (1940), E. Lloyd Peters (1972) e, mais notadamente, Radcliffe-Brown (1940, 1949) dedicaram boas linhas ao que chamaram de “relações jocosas” (*joking relationships*), nas quais, segundo este último (1940:195), “por costume, é permitido, e por vezes requerido, a uma parte, provocar ou fazer graça da outra, que por sua vez não tomará isso como ofensa”⁸, o que podemos perfeitamente adotar como definição de forma parcial, com a diferença de que aqui estamos falando de situações e/ou interações (então potencialmente passageiras) *jocosas*. Mas esse tratamento antropológico se manteve centrado em sua dimensão ritualística e de costume, em especial no que diz respeito à dinâmica do parentesco ou das relações entre grupos e a sociedade que os cerca. Na sociologia, Goffman (1952, 1959 e 1982), por exemplo, chega a lhe dedicar suas linhas, mas o investimento no papel do humor fora de sua dimensão lúdica e/ou ritualística tem sido reduzido. No entanto, talvez o trabalho sociológico mais significativo sobre o tema tenha sido o de Emerson (1963, 1969), de inspiração goffmaniana, mas que faz um forte movimento na direção do tema da negociação, apontando para a importância das discussões situadas em ambientes de conflitos cotidianos.

Em todo caso, como boa parte dos trabalhos enfatiza a ritualidade do *insulto*⁹, não tem merecido a devida atenção o papel da jocosidade na operacionalização da *crítica*. Ou seja, o centro da argumentação tem repousado mais na *agressividade* e sua modulação (e suas “funções”) do que no *apontamento* de erros como *demanda* de prestação de contas, dimensão central para uma leitura compreensiva da vida social. Neste artigo, pretendo demonstrar o papel desempenhado por dispositivos baseados na jocosidade na economia de recursos morais de sociabilidade envolvendo a crítica¹⁰.

DA JOCOSIDADE COMO GRAMÁTICA DE DISPOSITIVOS BASEADOS NA FORMA-CRÍTICA

O conceito de dispositivo tem despertado grande interesse na teoria sociológica contemporânea, em especial naquela de cunho pragmático¹¹, mais especialmente a partir dos trabalhos de Bruno Latour e Michel Callon com a teoria dos atores-rede, mas também na abordagem da EG e no trabalho “pragmatista reflexivo” de Francis Chateauraynaud (1991, 2011). Ao mesmo tempo, o conceito passou, nos últimos tempos, em vários autores, por grandes transformações, de uma perspectiva estrutural para uma interacional e, sobretudo, situacional¹². Até mesmo em Foucault, onde dizia respeito a aparatos de *concretização* das estruturas abstratas de poder, o conceito passou a dizer cada vez menos respeito a formas disciplinares e passou a traduzir uma agência estratégica (Foucault, 1994). Trata-se, então, de deixar de lado uma abordagem baseada nas disposições, traços incorporados, fixos e definidores dos atores sociais e que se tornam determinadores de suas ações, privilegiando-se, em vez disso, o situacionismo metodológico e se falando em uma gestão da vida social por meio de aparatos situacionalmente operados, como “coisas que funcionam” (Peeters e Charlier, 1999). No pragmatismo, essa perspectiva se encontra ainda com a ideia de gramática, que, como a de competência, também oriunda da linguística generativa, apresenta as lógicas contextuais não como normatividades inelutáveis, regramentos prescritivos, mas como desafios, conjuntos de indicações restritivas e/ou parcialmente prescritivas que levam os atores a agir criativamente (Werneck, 2014b).

Nesse sentido, o dispositivo se torna *uma coisa da qual se pode lançar mão*, algo *que pode ser mobilizado* para lidar com os desafios gramaticais. É, então, algo que adquire um sentido centrado na agência dos atores, indivíduos autônomos que fazem escolhas de direcionamento das ações, e que descreve vida social como encontro de indivíduos dotados de agência competente (Schütz, 1943; Garfinkel, 1967; Boltanski e Thévenot, 1983), sem configurar individualismo metodológico ou primazia do interesse. Agir no social, dessa maneira, passa a ser se deparar com os desafios situacionais e lançar mão competentemente de coisas do mundo para efetivar as ações/situações.

O conceito de *competência*, chave aqui, é operado pelo modelo das EG por inspiração na linguística generativa, proposta por Noam Chomsky, por meio da releitura da mesma pela antropologia da ciência

de Latour (1997)¹³. Por “competência”, entende-se uma faculdade apresentada pelos atores para a desenvoltura em uma determinada lógica de ação, ou, como querem Boltanski e Thévenot (1991:183), “uma capacidade de reconhecer a natureza de uma situação e de pôr em ação o princípio (...) que a ela corresponde”. Ou, em uma definição mais actancial, podemos considerar uma competência como um traço demonstrado nas ações situadas, apontando para sua alocação em determinada gramática actancial moral, como desenvoltura em regras que verificam critérios de concretização da ação, isto é, trata-se do critério nela procurado quando se verifica se ela pode ou não ser efetivada¹⁴.

O tratamento oferecido aqui para a ideia de dispositivo permite tipificar diferentes configurações daquilo que tenho chamado de *forma-formal*, uma consolidação como forma – isto é, como abstração categorial, nos moldes de Simmel (2009) – de uma ação cujos elementos sejam reconhecidos reflexivamente pelos atores (ou seja, que eles formalizam) e que, por isso mesmo, sejam reprodutíveis em diversas situações práticas. Isso permite, conforme já explorei em outro espaço (Werneck, 2012:120-122), entender as ações jocosas aqui descritas menos como *procedimentos* – isto é, ações estritamente discretas voltadas para um fim específico e que nele se esgotam; e menos como *rituais* – quer dizer, ações que prescindem de explicações e/ou prestações de conta e cuja referência se localiza em uma abstração integradora (Durkheim, 2003; Goffman, 1982); e, em vez disso, pensá-las como *práticas*, ou seja, ações que, embora sejam formalizadas, conservam um caráter simbólico, aberto à interpretação, inserindo-se no jogo da *accountability*, isto é, à “indagação valorativa” (Scott e Lyman, 2008:140). Isso confere a elas uma dupla inserção, reveladora do próprio estatuto dos dispositivos, envolvendo-se na vida social ao mesmo tempo como ferramentas de uso reconhecido pelos atores e como objetos a serem por eles interpretados e julgados – e que os permitem ainda interpretar e julgar outros actantes.

Pensar a jocosidade como dispositivo, então, é chamar a atenção para sua capacidade de potencialização das ações e das situações: se o conflito e seu desenrolar na direção do uso da força desproporcional e da ruptura das interações/relações têm que ser considerados como possibilidades reais de resultado de uma crítica, é porque a crítica ela mesma pode ser representada e julgada pelos atores de forma diferente daquela em que ela, a crítica, é concebida como dispositivo. Vejamos: a crítica representa um momento especial na vida social, um instante no

tempo no qual, segundo Boltanski e Thévenot (1999:359), “pessoas, envolvidas em relações cotidianas, que estejam fazendo coisas juntas (...) e que têm de coordenar suas ações, chegam à conclusão de que algo está errado; de que eles não podem manter-se daquela forma por mais tempo; de que algo deve mudar”, e a partir do qual

a pessoa que se dá conta de que algo não está funcionando raramente permanece em silêncio. Ela não guarda seus sentimentos para si. O momento em que se dá conta de que algo não está funcionando é, na maioria das vezes, aquele em que percebe não poder mais suportar esse estado de coisas. A pessoa deve, por essa razão, expressar descontentamento em relação às outras com quem estivera desempenhando, até então, uma ação conjunta (*idem, ibidem*).

É, assim, ao mesmo tempo, uma *cena* na qual tem lugar uma manifestação de discordância, chamando-se a atenção para uma *diferença de posições* entre actantes A e B, e uma forma-formal discreta. Essa cena / forma-formal apresenta o seguinte protocolo, que podemos chamar de forma-crítica:

- 1) A, que na mesma situação que B, se sente incomodado com o estado (grandeza) ocupado por B, o que prova que A possui uma *capacidade moral*, ou seja, uma faculdade para decidir o que acha certo e o que acha errado, o que é bom ou mau *para ele*¹⁵.
- 2) A, que possui também *capacidade crítica*, “percebe não poder mais suportar esse estado de coisas” (*idem, ibidem*) e se sente impelido a *expressar* sua insatisfação – poderia perfeitamente ficar quieto, mas, em vez disso, “não guarda seus sentimentos para si” (*idem, ibidem*).
- 3) A constrói uma afirmação – isto é, uma expressão linguageira com pretensão de verdade – segundo a qual tenta demonstrar o caráter problemático do estado do outro na situação, chamando a atenção para a falta de legitimidade do estado, apontando, assim, a *responsabilidade* do outro, e demandando dele uma prestação de contas, um *account* (Scott e Lyman, 2008).
- 4) Como mostram Boltanski e Thévenot, essa tentativa de demonstração do caráter problemático não pode ser articulada de qualquer maneira; ela tem um protocolo, centrado em um componente inelutável da crítica, sua *necessidade de provas*: nessas situações, “as pessoas (...) envolvidas estão sujeitas a um imperativo de justificação. Aquele que critica outras pessoas tem que produzir justificações para sustentar

suas críticas, assim como alguém que seja alvo de críticas tem que justificar suas ações para defender sua causa” (1999:360).

A palavra-chave desse roteiro da crítica é seu fundamento, a *responsabilidade*. Esta diz respeito à associação direta entre actante e estado (entre agente e ação), por meio do preenchimento da mesma com um *sentido* – seja apontando ou não seu caráter problemático. A responsabilidade – e, portanto, a crítica – pergunta ao agente que sentido ele dá para uma ação, a princípio, sem sentido. Esse sentido, pensado como uma operação mental, abstrata, assume uma forma expressiva. Como mostra C. Wright Mills (1940), pioneiro no tratamento da problemática dos “motivos” de Max Weber de uma forma pragmática/linguagreira, estamos falando de “um complexo de significado subjetivo que parece ao próprio ator ou ao observador uma sustentação adequada à conduta em questão”, sendo possível, então, fazer uma sociologia dos “vocabulários de motivos”, um tratamento segundo o qual se possa pensar diferentes *línguas* nas quais os motivos possam ser alocados, configurando uma tipologia de orientações de sentido para as ações facilmente pensada como um conjunto de formas de falar a ação para que elas possam acontecer, possam ser consideradas legítimas. Uma perspectiva *compreensiva* como essa permite pensar que uma crítica é um procedimento segundo o qual se aponta a falta de sentido de uma situação, mas que, ao mesmo tempo, convida à negociação. A falta de sentido se baseia na aposta de que, naquele caso, o crítico imaginava que produzir sentido corresponderia a estar de acordo com determinado vocabulário de motivos, ou, em outras palavras, a estar de acordo com uma moral.

A crítica, então, aponta para o criticado a *responsabilidade* de *dar sentido* à situação, para a obrigação de oferecer uma resposta sobre a motivação do que fez. A etimologia do termo é indicativa aqui: “responsável”, em português, vem do francês *responsable*, derivado do verbo latino *respondere*, “afirmar, assegurar, responder”. Ela é, assim, uma abertura à negociação: se a situação parece descabida, ilógica, ela o é porque não foi falada (ou seja, atuada) na língua de sustentação que se esperava que fosse usada em determinado caso, e parte do pressuposto de que os envolvidos reconhecem a existência e a validade de uma *pluralidade* desses vocabulários morais e uma possibilidade comum de mobilização de alguns deles em uma mesma situação.

Assim, a questão é a expectativa em torno das apresentações de sustentações cabíveis para o que se fez, o que chama a atenção para o fato de o

horizonte potencial da crítica ser a paz. A crítica é um dispositivo de administração da *conflitualidade* tipicamente *moderno*, uma gestão das diferenças entre os homens por meio de um espaço de disputas regidas em torno dos sentidos das ações (Boltanski, 2009). A responsabilização é um recurso do *dever*, que lança sobre o criticado a lembrança de um compromisso: caso se queira pertencer a esse meio, a vida social, é preciso se explicar, *dar conta* do que se faz, e em uma forma expressiva *legível, compreensível* para os outros. A aposta da crítica, então, é que todos nós, diante de uma admoestação como ela, somos lembrados de nossa responsabilidade com o mundo ao sermos responsabilizados pela falta de sentido do que aconteceu e pelo próprio acontecimento em si: fomos nós que o causamos; logo, somos nós que devemos dar sentido a ele.

Mas essa situação pode, evidentemente, ser entendida como agressão pela parte criticada. Afinal, a parte crítica, ao apresentar o estado do outro como problemático e lançar sobre este a responsabilidade de dele dar conta, cria uma outra hierarquia além daquela estabelecida entre as grandezas na própria situação, cria uma *hierarquia moral*, na qual alguém ocupa uma posição superior ao se atribuir o lugar de correto, de bom (e, portanto, autorizado a criticar). Como veremos adiante, os atores criticados, diante de críticas, podem estabelecer uma contracrítica, referente ao desrespeito a uma certa etiqueta, gerando algo que poderíamos chamar de *conflito de justiça/humildade*: como parte do estabelecimento de uma grandeza superior, uma situação de demanda por justiça pode ser compreendida como desrespeito porque, como dizem os atores ouvidos, “falta de humildade” demonstra “marra”, arrogância, já que estabelece aquela desigualdade moral questionável. Parece ser uma versão radical do que Carole Gayet-Viaud chamou de “conflitos de cortesia”, situação em que “uma forma de violência específica (...) pode surgir onde as interações constantemente fazem referência às exigências da cortesia e das civilidades” (2008:63). Mas se na descrição dela estamos diante de uma exigência de horizontalidade, nesta versão, a exigência de humildade recusa qualquer possibilidade de hierarquia, exigindo que para se construir igualdade, não se passe por nenhuma superioridade – pelo contrário, a igualdade precisaria ser *pedida humildemente*, configurando mesmo uma demanda pela inferiorização daquele que originalmente seria o crítico¹⁶. Mas seja lida assim ou não, quando é entendida como demanda de superioridade moral forte, é porque a crítica é lida – por qualquer um dos polos – como *acusação*.

Pois como já mostrei, uma acusação é uma forma-formal tão específica quanto a crítica (Werneck, 2014b). Trata-se, como esta, de uma maneira de apontar o dedo para o outro e indicar a relação entre ele e o ocorrido, negativizando-o moralmente¹⁷. No entanto, opera um movimento moral de estabelecimento de papéis mais radical que aquela: de um lado, alguém que se investe do direito (e do dever, por que não?) de apontar o outro como a “causa” de uma negatividade; de outro, alguém cuja lógica moral de ação é questionada e a quem resta defendê-la. A etimologia aqui também colabora: o termo vem para o português do latim *accusare*, formado por *ad*, contra, e *causari*, apontar como causa. Mas, para além da origem, o sentido de acusar é perceptível: ela, para funcionar, depende de um operador distinto da responsabilidade, a *culpa*. Sobre ela, Austin, diz que

Pelo menos duas coisas parecem se confundir nesse termo. Por vezes, quando se culpa X por fazer A, digamos por quebrar um vaso, é uma questão simplesmente ou principalmente de minha *desaprovação* a A, quebrar o vaso, o que, *sem dúvida*, X fez: mas o que por vezes ocorre, em vez disso, é simples e principalmente meu *profundo sentimento* de que X é responsável por A, o que *inquestionavelmente* foi ruim (1979:181; ênfases minhas).

Para ele, então, há duas dimensões nesse elemento: a *intensidade* e a *indiscutibilidade*. Quando se atribui culpa a alguém, está-se afirmando que algo *grave* foi *inegavelmente* feito por ele. A acusação, então, é construída em torno de um operador que torna a causalidade uma simplificação da complexidade das situações: só há duas possibilidades em uma de acusação: acordo ou desacordo com uma regra, ou seja, *culpa* ou *não culpa*. E uma vez que há uma relação direta entre as ideias de culpa e de *dívida* (Graeber, 2011), a acusação é centrada na *punibilidade*, ou seja, em uma operação de simplificação das possibilidades de interação com aquele que praticou a ação reduzidas à reação compensatória do sofrimento, de pagamento de dívida pelo ato cometido: quando não há mais o que discutir, a gravidade do ato produz um imperativo de punição. A culpa afirma a *agência* dos atores, chama a atenção para seu *controle* sobre a situação e para sua *opção* por fazer algo errado (Werneck, 2014b), de maneira que não resta alternativa senão o punir, já que é indiscutível que ele praticou uma ação gravemente negativa. Como diz McEvoy (1995:17), “o que é uma acusação senão um meio de defender o mau tratamento do acusado?”.

E essa operação mobilizada na acusação mostra que ela é, no final das contas, um caso particular, uma forma radicalizada da crítica. Pois a responsabilização envolvida na crítica pode também ser (e muitas vezes é) operacionalizada segundo um procedimento no qual se adota como ponto de partida uma pretensão de universalidade do *princípio moral*, do vocabulário de motivo usado como base da responsabilidade. Ou seja, trata-se de uma operação na qual o pluralismo de gramáticas morais compreendido pelos atores é reduzido a uma unificação lógica por uma *reificação* de uma das gramáticas, que passa a ser lida como absoluta, indiscutível, ideal. Nesse caso, trata-se de construir um tom *acusatorial* para a admoestação: ali, pressupõe-se que tanto o *crítico*, lido a partir de então como *acusado*, quanto aqueles no entorno reconhecem como legítimo e indiscutível o princípio moral apresentado como desrespeitado pela manifestação do *crítico*, aqui investido da posição de *acusador*. É por conta disso, por sua pretensão à indiscutibilidade, que ela será operacionalizada(ora/a) da/pela culpa, ou seja, a demanda pelo estabelecimento de um nexo entre a ação e sua necessária punição (e não apenas sua prestação de contas, como na responsabilidade). Em vez disso, procede-se a uma declaração de *necessária punição*. O centro da situação de acusação não é a disputa em torno dos elementos de um acordo. É, em vez disso, a legitimidade – a *necessidade* mesmo – da punição. Parte-se, dessa maneira, de uma operação de *reificação*: aquela que busca ocultar o caráter negociável das disputas morais.

DA JOCOSIDADE COMO GRAMÁTICA DE DISPOSITIVOS MORAIS

Ao ser mobilizada nas situações de crítica, a jocossidade acaba em geral por afastá-la da possibilidade acusatorial, mas sem conduzir a mesma para o debate racional sobre princípios. No momento em que o humor é mobilizado na forma de uma zoação, a insatisfação com a grandeza do outro é apresentada, mas sem que isso signifique um convite nem à disputa a esse respeito, nem ao enfrentamento – já que não se apresenta como uma acusação, algo agressivo. O humor possui determinadas características que o tornam potencialmente um fecundo dispositivo de sociabilidade. A primeira delas é seu caráter estritamente simbólico (Peirce, 1998), isto é, seu tom aberto e ambíguo, contingente: não existem elementos claros que o demarquem gramaticalmente, e nem um sistema formal que o caracterize indubitavelmente¹⁸. De uma expressão jocosa, sempre se poderá dizer tanto que ela era uma exposição séria quanto que era mentirosa (Kuipers, 2006; Raskin, 2008). Por isso

mesmo, pode ser constantemente mobilizada para “dizer sem parecer que diz” (Colebrook, 2004) e, por conseguinte, para ao mesmo tempo manter a paz e o fluxo de discursos.

Por outro lado, outra característica do humor o torna agente especial como aparato de sociabilidade: ele “não tem papas na língua”. Como é leve por encaminhar o riso e pode se escamotear e mascarar, o humor não se permite temer as reações do outro e, portanto, pode dizer o que quiser. “Normalmente, uma pessoa não é considerada responsável pelo que faz em uma brincadeira no mesmo grau que seria por um gesto sério (...) Como o humor oficialmente não ‘faz diferença’, as pessoas são induzidas a arriscar apresentar mensagens que seriam inaceitáveis se ditas seriamente”, diz Emerson (1969:169), para sustentar porque “a jocosidade oferece um canal útil para a comunicação encoberta de temas tabu”. E, por último, e mais importante para nós: o humor parece se utilizar recorrentemente da forma-crítica para fazer sua graça (Ermida, 2008; Raskin, 2008; Sacks, 2009). Mas e se for possível usar sua graça para denunciar o defeito do outro?

Entrevistas com humoristas profissionais¹⁹ e textos técnicos da área – por exemplo, Sacks (2009) – reforçam essa caracterização. Referindo-se especialmente ao gênero *stand-up*, eles descrevem uma forma elementar baseada no apontamento do que há de estranho no objeto da piada. É recorrente, nesse gênero, por exemplo, uma figura como “Eu estava vindo para cá e vi...”, seguida de algo que ninguém reparou ser estranho, mas que ele denuncia em sua falta de lógica quando “visto mais de perto” (como uma placa de trânsito ou um hábito muito arraigado). Os humoristas, então, mobilizam constantemente a forma-crítica para a construção de sua situação formal por excelência, a piada. Esta costuma ser definida por vários autores – por exemplo, Palmer (1994), Kuipers (2006) ou Sacks (2009) – como uma narrativa, uma história com princípio, meio e fim, cujo fluxo temporal de acontecimento se direciona para um desfecho, chamado *punchline*, uma fala ou ocorrência que altera o fluxo dos acontecimentos e induz ao riso. A *punchline* pode ser *cúmplice*, previsível (como no caso do humor de bordão, em que é mobilizada uma frase/ação que o observador sabe que será dita/feita), ou *enigmática* (como no caso do humor de esquetes, em que situações são criadas e é no caráter surpreendente da virada que se constitui o humor). Pode ser física, verbal, estrutural, abstrata etc. Segundo uma humorista entrevistada, “a *punchline* é o correspondente no texto de humor, como metáfora, do tombo no humor físico; tudo se resume ao

palhaço que cai no chão. O que ocorre na *punchline* é sempre o tombo que encerra a situação da piada”²⁰.

Na zoação e na disputa de marra, a *punchline* parece seguir um protocolo de sociabilidade: é sempre a fala que altera a situação de forma a tornar a crítica algo singular, uma fala digna de observação, diferente de qualquer outra fala mobilizável ali. A zoação torna a crítica algo notável e/ou a forma-crítica torna a zoação algo notável. Mais importante para nós aqui é que parece que estamos diante de uma *competência jocosa*, de uma capacidade para converter o procedimento de apresentação e comprovação da crítica em *punchline*, ou seja, em *tombo simbólico*, que, em nosso caso, será um *tombo moral*. Tombo, mas com, digamos, uma dor suportável. A situação de partição entre dois polos estabelecida no momento crítico adquire aqui uma dupla dimensão: ao mesmo tempo se estabelece a *queda* de um e a elevação do outro em uma escala de valores e o *amortecimento* dessa queda, de maneira que a jocosidade adquire uma dimensão dispositiva tanto na prática da crítica quanto no ritual da inclusão dos atores. O resultado dessa articulação entre a forma-crítica e algo que podemos chamar de *forma-piada* é que, embora a jocosidade pudesse ter um efeito intensificador do conflito, já que sugere a *ridicularização* do outro, o desenrolar prático das situações observadas tende muito mais para a continuidade do fluxo ajustado da rotina – com a mensagem da crítica apresentada, mas sem que se estabeleça um debate substantivo sobre seus termos.

ZOAÇÕES

A zoação pode ser caracterizada como uma ação/situação/*forma-formal* na qual uma crítica é construída por meio da afirmação da negatividade da ação/grandeza do outro de forma jocosa, simulando ser ela uma mentira. Explorarei aqui dois eixos de finalidade (inferida, evidentemente²¹) da mobilização da jocosidade:

a) Situações em que se mobiliza a zoação com resultados jocosos

Esse tipo de situação trata a crítica como elemento estético-dramático de um mecanismo cuja consequência é a potencialização da sociação. E isso é possível porque os atores têm conhecimento e controle sobre a mecânica da crítica. Zoar, nesse sentido, funciona como uma quebra de gelo, um convite à sociabilidade: ao se zoar alguém, estabelece-se com ele uma forma de “familiaridade” (Werneck, 2012:226-240)²². Um ami-

go encontra o outro e o chama de “viado” quando for possível entrever algum flanco que o permita (se ele demonstrar, por exemplo, uma fraqueza ou “frescura”); uma amiga chama a outra de “piranha” por motivos semelhantes (por exemplo, por ela usar uma roupa mais espalhafatosa ou curta), sem que nada disso seja um operador crítico em sentido formal (sem nem mesmo se considerar negativo de fato o que o outro fez); ou alguém zoa o outro porque este tenha alguma característica, física ou não, algum estigma (Goffman, 1963), como chamá-lo de “careca” se ele tiver pouco (ou mesmo se tiver muito) cabelo. Mas uma coisa é sintetizar a zoação em uma palavra, responsável por concentrar todo o investimento jocoso; outra, bastante diferente, é a construção de uma narrativa, uma situação em toda sua complexidade.

Um caso observado a certa distância do calçadão, em um *trailer* de lanches em frente à delegacia policial do bairro: um agente da Polícia Civil toma um refrigerante e come um salgado no meio da tarde, em um rápido intervalo, conversando com o pesquisador. Ao que passa um veículo da Polícia Militar lentamente. Ele reconhece o motorista e dispara:

- Aí, ô vagabundo, já foi lá buscar teu *arrego*²³? Tá me devendo dinheiro, hein!
- Filho da puta! – responde o motorista, que para o carro e dele sai, deixando-o no meio da rua secundária sob um viaduto diante da delegacia. Ele se dirige a passos firmes na direção do civil e... dá nele um abraço. – Seu filho da puta, tu fica aí nessa porra de BO²⁴, traficando arma de flagrante, e quer tirar onda?
- Tu vai morrer, hein, *mermão* – grita, de dentro do carro, o colega de ronda do PM, rindo.

Depois, o agente da lei me diria que nunca poderia falar aquilo a/de um PM se fosse verdade. Sobre *arrego*, não se fala assim abertamente, ainda mais se você é civil e o outro é PM, sobretudo em uma área em que a atividade de milícias é visada, como aquela região. “Falei pra zoar, porque o cara é meu camarada”, diz ele, sublinhando a raridade da amizade entre agentes das duas forças e explicando que eles tinham amigos em comum desde a infância. O caso é revelador dos limites que podem ser alcançados quando o objetivo é convidar à sociação por meio de uma “zoada”. Mas ele é mais importante por chamar atenção para o caráter estético/lúdico do dispositivo: como tal, a zoação apresenta as mesmas características da forma-crítica: é preciso apontar um elemento de insatisfação, um erro supostamente cometido pelo outro, ainda que fictício; e por mais fantasioso que seja, ele precisa fazer senti-

do, permitir que “a carapuça sirva”: não se pode propor uma crítica que não tenha a ver com o ator e/ou com o contexto, ou seja, é preciso poder mobilizar essas características como dispositivos elas mesmas. No caso observado, o policial civil inicia o “ataque” lançando mão de uma acusação clichê (um estereótipo) sobre os policiais militares, para sublinhar a factibilidade do que diz. Chega a chamar o outro de “vagabundo”, adjetivo geralmente atribuído a criminosos, colocando no mesmo saco o policial militar e aqueles que ele deveria perseguir. Igualmente, é preciso apresentar expressivamente a crítica, “não guardar as coisas para si”, mostrando indignação, insatisfação. Esta, no entanto, para ser percebida como jocosa, deve ser modulada pela obviedade de seu caráter frágil: precisa ser *evidentemente* hiperbólica, *evidentemente* falsa. Não raro, a zoação nesse modelo será apresentada já imersa no riso, tornando claro o uso do dispositivo. Além disso, como vimos, é preciso apresentar provas, acrescentar à narrativa detalhes, ampliando a *comprovação*, central na crítica: o zoador diz “Pensa que eu não sei que vocês vão toda semana lá na [e diz o nome da favela] buscar 40 conto [R\$ 40 mil]?” e “Cadê aquela [pistola calibre] 9mm de cabo de ouro que o [diz o nome do traficante] te deu lá no churrasco?”. Igualmente, as provas também deverão ser nitidamente hiperbólicas e não poderão deixar dúvida de que se trata de uma pura zoação.

Um aspecto importante dessa forma mais lúdica do dispositivo é que ela ajuda a neutralizar analiticamente a ideia da polarização de grandezas como disputa de poder. Se pode operar como uma distribuição de papéis em uma dramaturgia de pura demonstração e confirmação de familiaridade, é porque não depende de um princípio energético que o impulse como forma pura da dominação. Desse ponto de vista, a perspectiva situacionista do modelo das EG se comprova ideal para descrever aquela fenomenologia: é de uma distribuição desigual de *grandezas* e sua efetivação que se trata. O centro desse tipo de situação não é o conflito essencial instaurado pelas diferenças disposicionais dos atores, e sim a complexa mecânica de negociação dispositivamente operada voltada para uma tendência ao acordo (Boltanski e Thévenot, 1987, 1991). O policial civil explica:

– Você só pode zoar um cara assim porque vocês dois entendem que o jogo tá valendo porque todo mundo por perto entende a mesma coisa. Senão, neguinho ia achar que aquilo ali era cena de filme de caubói, que o cara joga uma frase de efeito pra chamar o outro pro duelo, outro morde a isca e sai tiro. Não tava chamando ninguém pra tiroteio, tava cha-

mando meu camarada pra um abraço, porque ele é tão meu camarada que eu posso fazer aquilo.

b) Situações em que se mobiliza a zoação para fazer uma crítica

A forma que mais nos interessa aqui é aquela na qual um ator que se sente/diz ofendido lança mão de uma zoação para dar forma a uma crítica em relação a uma ação ou grandeza entendida por ele como criticável. Nesse caso, a forma-crítica tem seus elementos muito mais proeminentes do que a forma-piada.

Por exemplo, vejamos um caso de desavença entre dois balconistas de uma padaria: um deve dinheiro ao outro e “enrola” para pagar, sempre arrumando uma desculpa. Aqui, a zoação toma a forma de uma “indireta”, lançada na frente do outro, mas apontada ao patrão:

- Seu Chong [o nome é fictício], o Fulano já te ofereceu o serviço?
- Serviço? – responde o patrão, com sotaque.
- É, ele tá fazendo um bico aí de investidor.
- Qual é, Sicrano, tá me zoando, pô! – protesta o devedor.
- É verdade, Seu Chong, Fulano tá ficando rico aí com esse bico. Tem dois meses que ele pegou *cem conto* [R\$ 100] meu e botou nesse fundo aí. Diz que tá rendendo *pacaralho*! Já pode fazer a retirada, Fulano?
- Porra, Sicrano!
- Quando puder fazer retirada, me fala! O negócio, Seu Chong, é *botar no fundo* do Fulano.

Nessa forma, a operação crítica se baseia em alguns elementos expressos de comprovação: o valor emprestado, o período sem devolução, a sugestão de que o tempo deveria se converter em juros (traduzidos aqui como rendimentos de um fundo de investimentos). Os elementos de justificação estão ali, já que é demonstrada, com uma série de elementos compreensíveis para os envolvidos, a falta de legitimidade da grandeza conquistada por Fulano – na forma da posse indevida do dinheiro do colega. Pode-se dizer que a mensagem, embora cifrada, *foi passada*. Mas estão ali também os elementos estéticos centrais da zoação: a hipérbole (“rendendo *pacaralho*”; o absurdo de um vendedor de salgados ser apresentado como investidor; a sugestão de enriquecimento); a construção de uma *punchline* para promover o tombo moral do colega (na pergunta sobre a possibilidade de sacar o dinheiro “investido” e, sobretudo, na piada de duplo sentido sobre “botar no fundo”).

Mas, apesar da forma-crítica aplicada, a situação não evolui para uma discussão das provas e para a análise da justificação. Sequer evolui para a *accountability*, aliás: Fulano não é conduzido a se justificar pelo atraso no pagamento da dívida. Ele não é conduzido a uma discussão sobre a construção de uma equivalência baseada em um princípio superior de bem comum. O “mundo mercantil” (Boltanski e Thévenot, 1991:241-252), que poderia ser ali aplicado, avaliando a situação por meio de uma lógica racional de preços e que moralizaria a dívida como uma negatividade, não chega a se consolidar. A oposição manifestada pelo devedor não é à crítica, é à *punchline*, ao tratamento jocoso de seu comportamento, sua ridicularização: “Vou botar é no *teu* fundo, filho da puta”. E mesmo essa resposta, tão grosseira quanto a própria piada, não conduz a situação para o uso desproporcional da força física. Não se discute a dívida e não se discute a piada e a humilhação nela operada. A jocosidade se sobrepõe às duas discussões.

DISPUTAS DE MARRA

Nossa outra situação-tipo parece se opor à relativa hospitalidade permitida pela zoação. A marra é, em sua base, uma forma de demonstração de *coragem*. Mas, mais que isso, é compreendida como demonstração de *empáfia*, *soberba*. Pois, entendida como dispositivo moral linguageiro em vez de como demonstração de valor de si e superioridade, a marra parece ser uma estridente exigência de *grandeza moral grande*, e quando chega a se tornar elemento de uma disputa, de não aceitação indignada de uma grandeza moral pequena atribuída pelo outro, com conseqüente grandeza grande desse outro, sejam elas justas ou não. As situações de marra chamam a atenção para uma conversão da disputa envolvida na crítica em um conflito linguageiro cujos termos são justamente a posições de superioridade e inferioridade moral propostos pela crítica. Na marra, discute-se não apenas quem está “certo”; bate-se boca em torno de quem “*está* mais certo” e quem “*é* o mais errado”. Tudo com vistas a definir quem está na posição mais elevada da disputa de grandezas²⁵.

a) Situações em que se disputa com marra com resultados jocosos

Dois amigos em uma mesa de bar. Fazem parte de um grupo de sete que troca ideias sobre os mais variados assuntos, configurando uma típica “conversa de botequim”, isto é, uma *conversação* na qual questões da vida privada se tornam públicas e vice-versa (Vargas, 2008), de

modo que os dois protagonistas, amigos e colegas de trabalho, se permitem uma *troca de gentilezas* relativa a seus dispositivos de comunicação:

- Pô, cadê o Beltrano? Vou ligar para ele – e pega o celular no bolso.
- Ué, mas você tem crédito, João? Que milagre, hein? Ah, você vai ligar a cobrar, só pode.
- Tomar no cu, Pedro, meu telefone é de conta, porra!
- De conta porra nenhuma, teu telefone é daquele tipo pai de santo, que só recebe.
- Ué, mas quem tem pré-pago é você, cacete!
- É pré-pago, mas pelo menos é [nome da operadora de serviços mais caros e conhecida por ter a maior cobertura no país]. E o teu, que é? [nome da operadora de serviços mais baratos].
- É [operadora], mas tenho iPhone, não é essa carroça sua aí. Parece um Atari [videogame da década de 1980].
- iPhone porra nenhuma, isso aí é o “Ai, ai-Phone”, o “i-pobre”. Se tu fosse bom, era um [e diz o modelo mais recente do aparelho, em vez do anterior, que o outro ainda utiliza].
- Ah, tu vai mesmo zoar o meu iPhone tendo esse *Gradoente*? [alusão à marca Gradiente].
- Vem cá: pelo menos a conta do telefone você paga? Porque a conta do bar já tô vendo que tu vai calotear se teu namorado aí, o Beltrano, não aparecer pra pagar pra você.

A “briga” segue um pouco mais, com mais críticas à qualidade do aparelho e da linha telefônica e mais questionamentos de masculinidade de parte a parte. A zoação, que poderia colocar um em posição de superioridade se fosse aceita passivamente pelo outro, é forçada na direção da horizontalidade, em um registro segundo o qual a disputa se torna mais lúdica – centrada na competência de cada um para inventar uma tirada mais divertida – do que conflitiva. Assim como no caso dos policiais, a disputa de fato converte-se em disputa puramente esportiva e de inclusão: jogando juntos a brincadeira de trocar críticas, os amigos sublinham a amizade. E aqui também está ativo o caráter hiperbólico e/ou explicitamente fantasioso das afirmações – como ao se dizer que o amigo tem um serviço telefônico que sabidamente ele não tem, ou desfazer de um aparelho de alto valor ou de uma marca apenas porque seu nome permita um trocadilho, sem que isso traga contra sua qualidade qualquer crítica substantiva – isto é, baseada em experiências e provas.

b) Situações em que se mobiliza a marra em disputa com a crítica original

Estamos em outra lanchonete e, na hora do almoço, algumas pessoas se concentram próximo à entrada, formando uma fila compacta perto do caixa, já que é preciso pagar antes de consumir. Cada um que conclui o pagamento segue para o balcão para pedir seu lanche. Um rapaz de cerca de 20 anos de idade passa pelo grupo, desviando pelo canto da parede. Ele segue até o fundo do balcão e faz o pedido a uma atendente. Mas antes que se possa acatar qualquer solicitação dele, um homem de aproximadamente 40 anos, no terceiro lugar da fila, acompanhado da namorada, lança sobre o jovem uma tentativa de zoação crítica:

- Qual é, meu tio! A fila de idoso é ali do lado, o senhor tem a preferência.
- Que é que foi, companheiro?
- O senhor quer ajuda? Tô vendo que o senhor tem dificuldade de andar, nem foi pra fila de idoso... A gente entende.
- Se mete com a tua vida, irmão. Não sou idoso porra nenhuma!
- Ah, desculpa, eu pensei...
- Pensou é o caralho. Você não tem que pagar teu lanche aí, não?
- Tô tentando que nem todo mundo que não tem a prioridade do senhor.
- Vem cá: tu me chama de velho, mas essa mocinha aí não é novinha demais pra tu, não?
- Pelo menos eu não furo fila na cara de pau.
- E pelo menos eu não tenho a cara de pau que tu tem de pegar a novinha, ô coroa.

O que se vê é a impossibilidade de aceitação da crítica, e não necessariamente porque ela seja injusta, ilegítima. Nem entra em questão se o erro apontado na crítica de fato teve lugar. Como disse antes, o que não é admitido por alguém é a superioridade moral autoatribuída pelo outro ao tentar promover o *tombo moral* desse mesmo alguém. A zoação, o uso da jocosidade, é aqui lida como forma de intensificação da humilhação já inscrita na crítica. “Se o cara viesse falar comigo, tudo bem. Mas chega zoando, humilhando, sem humildade”, diz o rapaz depois do bate-boca. O momento crítico, que poderia iniciar uma disputa em torno das comprovações, é deixado de lado para se estabelecer uma discussão cujo operador é o *empoderamento*: como dispositivo, a marra se torna uma forma de construir a si como o *dono* da posição, porque os elementos de prova, esses muito menos explícitos, são mobilizados

para dar conta da posição, e não da crítica original. A condição de “idoso” é a justificativa que o outro poderia dar para passar à frente *se fosse de fato idoso* e se houvesse de fato uma fila preferencial que, ao ser mobilizada quando é claro que não poderia servir para sustentar o tom acusatorial do zoador, acaba servindo como prova de que o outro está errado. A gentileza irônica, cínica mesmo, é um elemento de prova: ela sublinha que, não sendo idoso, o outro é um aproveitador. Por outro lado, a mecânica da prova, na disputa de marra, está a serviço também do zoador: diante da acusação, ele olha no entorno e é rapidamente capaz de encontrar elementos para construir sua resposta. Se ele “é” idoso, por sorte o outro tem uma namorada bonita – e que nem é tão mais nova que ele, aparentando ter pouco mais de 30 anos – e que pode ser usada para comprovar que, sendo também velho, o outro não tem estatura moral para criticá-lo. Mas poder-se-ia argumentar: a acusação não é de ser velho, é de furar fila. Pouco importa: não é de argumentação racional que se trata. Trata-se de deslocar o momento crítico para uma disputa em outra geometria, com, como quereriam Schütz (1943) e Garfinkel (1967), outra racionalidade. De qualquer forma, a “mesma moeda” com que se paga a agressão é a “cara de pau”: de furar a fila, de “pegar a novinha”. O que se segue é que a tradicional *turma do deixa disso* arrefece as tensões e a disputa de marra se conclui sem um vencedor declarado – embora, no final das contas, o rapaz leve seu lanche para viagem.

Essa velocidade de reação de parte a parte, tanto de construção da zoadção inicial quanto da *contrazoadção*, da tréplica etc. deixa explícita a forma da disputa de marra: ela é movida por algo que habitualmente é chamado de “tirada”. Os atores, de cada lado, constroem frases-bomba²⁶ a serem lançadas sobre o outro, em geral reconfigurando a presença deste na situação de forma irônica – contendo a crítica e a *punchline*, mas de forma mais reativa, mais mutuamente determinada que na zoadção –, caracterizando algo que poderíamos chamar de uma *competência metafórica*, uma habilidade de construir uma metáfora na qual a crítica se encaixe. É o ônibus do caso de Romário, citado na nota anterior, ou a idade e a fila prioritária no caso da troca de gentilezas na lanchonete. Essa competência se torna o elemento estético central da disputa, que depende da troca de *tiradas*: metaforicamente, cada um vai lançando mão de sua arma simbólica para emular uma competição que poderia ser operacionalizada no momento crítico como querela de justiça, mas ali toma forma de uma disputa em torno de uma competência estética e metaforicamente esportiva.

ZOAÇÃO E MARRA, CRÍTICA VOICE, A JOCOSIDADE COMO OPERADOR DE UM SLACK CRÍTICO E A EFETIVIDADE DA INDOLÊNCIA MORAL

O trabalho de Albert Hirschman (1973) na economia tem se mostrado enormemente inspirador para a sociologia, em especial para a sociologia da crítica²⁷. Sua análise de dois tipos de crítica de consumidores a empresas, a *exit* (saída) e a *voice* (voz), constrói uma modelização comportamental dos atores sociais quando diante de quedas de qualidade (isto é, daquilo que seria o *ideal da ação* do ator criticado) nas produções de entidades (o que pode ser analogicamente observado em relação a qualquer um de quem se espere algo “bem feito”). No primeiro caso, os atores dão forma a seu descontentamento rompendo a relação com a empresa e seguindo para um concorrente – motivo pelo qual é associado diretamente à economia e à mecânica da concorrência; no outro caso, os atores optam por manifestar seu descontentamento chamando o fornecedor às vias de fato pela apresentação expressa de uma crítica – o que oferece a ele oportunidade de correções.

Pois pensada como veículo da crítica, a jocosidade pode ser lida como *voice*, configurando uma voz que investe em si como voz, quase uma *metavoice*, que trata da vocalidade, da possibilidade de se lançar a crítica quando houver uma situação que a possa gerar. É uma tomada da palavra que chama a atenção para determinados elementos de sua gramaticalidade, permitindo tornar a agressividade retórica e lúdica *acesória* de toda crítica o centro da própria disputa. O caráter lúdico, esportivo e teatral da voz torna a crítica algo cuja percepção reflexiva dos atores é inevitável. Se a crítica, quando mobilizada para fins jocosos, se torna explícita para os próprios atores porque eles precisam lançar mão de sua gramática para operar a zoação ou dela se defender na disputa de marra, a jocosidade, quando usada para criticar, torna a crítica igualmente explícita, porque ela se torna dependente de um mecanismo formal que a ela conduz. Esse caráter reflexivo reforça ainda mais a afirmação da capacidade crítica dos atores.

Antes de discutir as formas expressivas da crítica, o trabalho de Hirschman analisa, como pressuposto, a afirmação de uma característica basal das economias desenvolvidas quando em situações de concorrência: o fato de o “pleno emprego” (de recursos) ser uma situação ilusória, o que, no final das contas, é, economicamente falando, bom. Segundo ele, “o desenvolvimento não depende tanto de achar combinações ideais para os recursos e fatores de produção dados quanto de

trazer à tona e aplicar para fins econômicos recursos e habilidades inexplorados, dispersos ou mal utilizados” (1958:5). Essa ideia o leva a observar um elemento comportamental central nas organizações produtivas: elas não operam em seus limites máximos nas situações cotidianas. Isso significa que, nesse cotidiano, esses atores apresentam um apreciável grau de *slack*, isto é, de preguiça, indolência, acomodação. E de acordo com Hirschman e Lindblom,

Em qualquer espaço de tempo, os recursos de uma economia não devem ser considerados tão rigidamente fixos em quantidade, e mais recursos e fatores de produção entrarão em cena se o desenvolvimento for marcado por desequilíbrios setoriais que incitem a iniciativa privada ou as autoridades públicas à ação... Aqui, a hipótese básica é a existência de certo grau de *slack* na economia; e, através de mecanismos de pressão, pode-se extrair dele investimento adicional, horas de trabalho e produtividade e tomada de decisão (1962:211-212).

O *slack*, então, representa um duplo estatuto: ao mesmo tempo, negação de incapacidade cinética e afirmação de energia potencial, que, acumulada, serve como poupança de um recurso a ser mobilizado em momentos de crise. E a tese de Hirschman se estende para além da economia – ou melhor, se estende para os comportamentos dos atores diante do traço universal comportamental que define a economia, a gestão de recursos escassos. Ora, o pressuposto do modelo das EG é que as grandezas são distribuídas de forma desigual, como recurso escasso, o que constitui justamente uma economia, que encontra na crítica o elemento central de sua operacionalização. A tese de Hirschman, então, é digna de ser encarada como sociológica. Baseados nela, podemos perguntar: e se pudermos considerar um *slack* crítico, isto é, uma indolência de manifestação de julgamento? A capacidade crítica é uma faculdade e, como tal, pode ou não ser mobilizada. E não parece fazer nenhum sentido uma economia crítica de pleno emprego: é óbvio que as pessoas, na vida social, não criticam tanto quanto poderiam (Boltanski e Chiapello, 1999; Boltanski, 2009). A crítica, assim, pode ser um recurso poupado para momentos de eventual maior necessidade, mais oportunos ou simplesmente mais efetivos, sempre construídos de acordo com disputas localizadas.

A observação da marra e da zoação lança luz sobre a ideia de *dispositivo moral*. A categoria soa relativamente redundante, uma vez que, de certo ponto de vista, todo dispositivo social é moral, já que tem a ver com a efetivação, fenômeno moral por excelência. Mas sublinhar essa carac-

terização aponta para como a moralidade é um elemento potencializador – e não limitador – da vida social (Werneck, 2014b): trata-se de algo construído para contribuir com a ação, e não para contê-la. E construir um dispositivo como esse é converter coisas do mundo, dotadas tanto de características intrínsecas quanto representações que os atores lhe atribuem, em operadores *em função* de uma situação específica de direcionamento do bem.

Em um momento em que o sentido é a variável em teste para que uma ação possa ser efetiva, entra em jogo a questão da actância: o sentido passa a poder ser lido como uma energia de que os actantes – sejam eles pessoas ou entes não humanos, como objetos e animais – carecem para se colocar em movimento e fazer diferença, influenciando as ações uns dos outros. E um dispositivo passa a representar o elemento mais rico que a metáfora mecânica que lhe nomeia permite: como máquina, serve para converter uma forma de energia em outra. Daí zoação e marra se converterem em equipamentos conversores não de outra energia que não uma energia moral: eles se prestam a estabelecer uma efetividade crítica sem o gasto de energia demandado pela colocação da forma-crítica em prática explicitamente na vida moderna, na forma da ruptura chamada momento crítico. A zoação e a disputa de marra – como a ironia sempre fez (Herzfeld, 1985; Hutcheon, 1995; Colebrook, 2004) – oferecem uma outra língua na qual a apresentação da insatisfação com a situação e as grandezas relativas dos atores pudesse ser falada, sem com isso ser preciso falar a língua da crítica. Mas como dela se aproximam, são, digamos, componentes de um dialeto.

Dessa maneira, a jocosidade parece se configurar como um recurso útil para a manutenção da potencialidade da crítica: seja na forma lúdica, seja na forma-crítica, o humor crítico torna explícito o fato de haver um *slack*. Como é lúdico, tem a mesma forma do lazer, e é, digamos, preguiçoso. Uma preguiça semelhante àquela das crianças que brincam, dos atletas que jogam; uma preguiça ativa, que gasta energia, mas ainda assim uma indolência, porque não faz parte da via mais cotidiana de ruptura do cotidiano. Os dois dispositivos que observamos, assim, servem à crítica ao mesmo tempo como treinamento e aviso: treinamento para os críticos potenciais e aviso aos criticáveis.

A discussão aqui proposta parte da ideia de disputa para conceber uma *sociabilidade disputada*, na qual a vida social pode ser pensada – por inspiração na perspectiva pragmática (Peirce, 1992, 1998; Mead, 1934)

“Dar uma Zoadá”, “Botar a Maior Marra”...

– como uma temporalidade estendida entre rotina (hábito) e ruptura (questionamento), sem que os momentos de ruptura descontinuem a malha do social definidora ela mesma desses polos. A jocosidade, como dispositivo moral, chama a atenção para uma outra dimensão dessa tópica: sua capacidade de abrir espaço para as *circunstâncias* (Werneck, 2012), para aquilo que permite aos atores viver socialmente sem um imperativo de absoluta coerência contido nas utopias morais generalizadas, abrindo espaço para o imprevisível, o contingente e, sobretudo, a criatividade (Joas, 1996).

(Recebido para publicação em agosto de 2013)

(Reapresentado em abril de 2014)

(Aprovado para publicação em agosto de 2014)

NOTAS

1. “Distensões de convivência”, braço do projeto “Sociabilidade, disputada ou violenta: gramáticas e dispositivos da administração de tensões urbanas no Rio de Janeiro e em São Paulo”, coordenado por Luiz Antônio Machado da Silva (Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ) e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
2. Embora Boltanski (1990) oponha formalmente um *regime de justiça* e um *regime de violência*, confrontando os momentos de disputa pacífica aos de conflito aberto, preferirei não trabalhar com a expressão “violência” aqui, usando, em vez disso, *uso da força desproporcional*. Isso porque, do ponto de vista de uma sociologia da moral, “violência” não é senão um rótulo para ações, uma representação social, como mostram Machado da Silva (1993) e Misse (1999), e não um operador analítico cabível. Em vez disso, a força é um ente efetivamente analisável e sua desproporcionalidade efetivamente descritível.
3. O interesse analítico aqui se concentra nas situações nas quais a jocosidade não resulta em uso da força desproporcional. Entretanto, esse recorte não nega a realidade empírica que mostra a clara possibilidade de a “violência” (ver nota anterior) fazer parte do mundo da jocosidade. Em outro texto, desenvolvido em paralelo, trato especificamente das situações que se concluem sem paz. Isso permite pensar o importante papel desempenhado pelos outros actantes contidos na cena – o que inclui os espectadores, em grande medida juízes (Boltanski, 1990) – e construir um quadro que chamo de “regras do jogo”, com os elementos centrais da efetivação das situações baseadas na jocosidade.
4. O modelo é amplamente apresentado em sua obra inaugural, *De la Justification* (1991). Para uma apresentação sintética, ver Boltanski e Thévenot (1999), e para uma interpretação sintética em português, ver Werneck (2012:77-99).
5. Em outras frentes da pesquisa, analiso ainda outros dispositivos de jocosidade, em especial a brincadeira – rituais segundo os quais os atores precisam seguir regras estritas de algum procedimento lúdico – e o apelido – que dispensa maiores explicações.
6. Essa galeria é precedida por uma série de análises clássicas, que vão desde o pensamento cínico – ver Werneck (2004) – ao trabalho de Bergson (2001), passando pela filosofia da linguagem (Austin, 1975) e pela psicanálise, notadamente no próprio Freud (2014).
7. Tenho preferido usar o termo *linguageiro* em vez de *linguístico*, como alguns autores para casos como este. Afinal, enquanto *linguageiro* é referente à linguagem, uma substância, *linguístico* é referente à linguística, uma disciplina. E não estamos aqui de posse de expressões de análise da linguagem (como seria, por exemplo, qualquer discurso sobre categorias sintáticas ou morfológicas), mas sim de expressões cuja própria materialidade é a linguagem.
8. Ele ainda elabora um ponto, propondo “duas principais variedades. Em uma, a relação é simétrica: cada uma das duas pessoas provoca ou faz graça da outra; em outra variedade, a relação é assimétrica: A faz graça à custa de B e B aceita a provocação

bem-humoradamente sem retaliação ou A provoca B tanto quanto lhe agrada e B, em resposta, provoca A apenas um pouco” (Radcliffe-Brown, 1940:195).

9. Não deixa de ser digno de nota que vários trabalhos de humor enfatizam sua dimensão agressiva como algo lúdico. Trata-se do investimento no defeito do outro como denúncia e como diferença teatralmente demarcada. Assim, enquanto um humorista me diz que a ênfase, segundo ele, deve ser depositada na “tristeza de todos nós, no infortúnio”, ambos constatamos ser recorrente a mecânica que leva outro humorista brasileiro, Rafinha Bastos, a intitular seu espetáculo de “A arte do insulto”.
10. Peters (1972) apresenta uma interessante discussão sobre o caráter crítico (agressivamente crítico; nada pacificador, portanto) da jocosidade, ao escrever sobre grupos de jovens que fazem troça de passantes conhecidos em uma cidadezinha galesa, descrevendo essa prática como forma de controle social. Mas, como bom antropólogo funcionalista britânico que é, desloca-se logo da crítica para as estruturas relacionais ritualizadas. Por outro lado, os casos descritos por ele demonstram forte compromisso dos atores com a crítica propriamente dita, de caráter mesmo acusatorial, moralista. Seus jovens ironizam personagens cuja negatividade moral é notória em sua cidadezinha. A crítica ali é feita explicitamente e a jocosidade é mais uma forma de ridicularização, um mecanismo de punição mesmo, ao mesmo tempo que de “eufemismo”.
11. Para uma síntese desse interesse, ver Peeters e Charlier (1999).
12. Ver De Certeau (2000) e Thévenot (1994).
13. Para mais sobre a antropologia da ciência, ver Latour e Woolgar (1979).
14. Em Thévenot (1990), em um movimento paralelo a seu trabalho conjunto com Boltanski, o termo utilizado será “conveniência”.
15. Essa descrição, feita em uma linguagem situacional, pode ser feita também segundo uma gramática interacionista da seguinte forma: A, que interage com B, se sente incomodado com algo feito por B, o que prova que ele possui uma *capacidade moral*, ou seja, uma faculdade para decidir o que acha certo e o que acha errado, o que é bom ou mau *para ele*.
16. Uma análise da mesma problemática no interior de uma lógica do reconhecimento produzirá o que Cardoso de Oliveira (2002) chama de “insulto moral”, com uma problemática da tensão entre respeito e consideração. Entendo que, em vez de discordantes, nossas discussões, embora não se toquem, são paralelas, isto é, percorrem a mesma direção.
17. Como demonstrei em outro texto (Werneck, 2014a), a dinâmica da rotulação (Becker, 2008 [1963]) é tributária desse mecanismo.
18. É notória a tentativa de criação de um “ponto de ironia”, um sinal de pontuação que desse conta de expressar o caráter irônico de uma frase. A principal dessas tentativas foi feita na língua francesa, por iniciativa do editor Marcellin Jobard, na década de 1840, que propôs o uso de um sinal tipográfico semelhante a uma interrogação invertida em seu jornal. A tentativa, evidentemente, nunca foi bem-sucedida, tendo sido considerada por muitos apenas uma “ironia” do jornalista.
19. Outra frente da pesquisa, ainda em andamento, envolve a comparação entre o humor mobilizado na vida social e aquele operado profissionalmente por humoristas. Para tanto, tenho entrevistado e acompanhado a rotina de trabalho de humoristas profissionais.

20. Uma demonstração surpreendentemente técnica dessa definição está em um esquete do grupo britânico de humor Monty Python. Na encenação, vemos um palestrante (vivido por Graham Chapman, curiosamente o mais afeito ao humor físico dos *pythons*) a apresentar uma *lecture* sobre as formas mais básicas de ação humorística (*jape*) – segundo ele, nascidas “tão inicialmente quando no final do século XIV ou, na verdade, tão tardiamente quanto no início do século XIV”. Ao seu lado, três integrantes do grupo (Michael Pallin, Terry Jones e Terry Gilliam), vestindo macacões que lhes conferem um visual neutro, de “teatro experimental”, demonstram as piadas práticas por ele discursadas, esquematicamente tropeçando na perna um do outro, escorregando em uma casca de banana ou sendo acertado no rosto por uma tábua. E o esquematismo produz sua graça devido à contraposição com a fala acadêmica e formal do palestrante.
21. Sobre a inferência de fins e intenções, ver: Anscombe (2000).
22. Essa observação encontra eco nas pesquisas de Radcliffe-Brown (1940, 1949) com o parentesco em sociedades não complexas. As relações de parentesco ou as produzidas por casamento são propriamente familiares, e possuem as características que aponte para a familiaridade, a saber: intimidade, previsibilidade e inevitabilidade. Como demonstrei em outro trabalho (Werneck, 2012), as amizades assumem dimensão semelhante. Ver especialmente Radcliffe-Brown (1949:134).
23. Como se sabe, “arrego” é a gíria para se referir ao suborno pago aos policiais, em geral por traficantes, para que eles façam vista grossa para suas atividades criminosas.
24. Boletim de Ocorrência, antigo nome do documento preenchido na delegacia para registrar uma queixa ou denúncia, hoje chamado Registro de Ocorrência.
25. São recorrentes as disputas de marra na vida pública e, igualmente, as personalidades que ganham o (e não raro se orgulham do) título de “marrentas”. É, por exemplo, notória a carreira de tiradas do atacante (e depois deputado federal), Romário. Em 2004, por exemplo, jogando no Fluminense, ficou famosa a sua disputa com o técnico do time, Alexandre Gama, que resolveu colocá-lo na reserva, fazendo o ídolo iniciar uma cruzada pela demissão do chefe (o que acabaria por ocorrer). Ele diria aos jornalistas: “O cara entrou no ônibus agora. Não está nem em pé e já quer sentar na janela”. Gama, ao ser questionado por repórteres sobre a declaração do comandado, responderia, de bate-pronto: “*Eu sou o motorista do ônibus. Eu resolvo quem senta na janela*”.
26. Para observações sobre a forma corporal da marra, ver: Grillo (2013:268).
27. Por exemplo, para Boltanski e Chiapello, em seu trabalho com o capitalismo (1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. (1999), *O Riso e o Risível na História do Pensamento*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ANSCOMBE, Gertrude M. (2000), *Intention*. Cambridge, Harvard University Press.
- AUSTIN, John L. (1975), *How to do Things with Words*. Boston, Harvard University Press.
- . (1979) [1956-1957], “A Plea for Excuses”. *Philosophical Papers*. London, Oxford University Press.
- BECKER, Howard S. (2008) [1963], *Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BERGSON, Henri. (2001) [1900], *O Riso: Ensaio Sobre a Significação da Comicidade*. São Paulo, Martins Fontes.
- BILLIG, Michael. (2005), *Laughter and Ridicule: Towards a Social Critique of Humour*. London, Sage.
- BOLTANSKI, Luc. (1990), *L'Amour et la Justice comme Compétences: Trois Essais de Sociologie de l'Action*. Paris, Métailié.
- . (2009), *De la Critique: Précis de Sociologie de l'Émancipation*. Paris, Gallimard.
- e CHIAPELLO, Éve. (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris, Gallimard.
- BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT, Laurent. (1983), “Finding One's Way in Social Space: A Study Based on Games”. *Social Science Information*, vol. 22, nº 4-5, pp. 631-679.
- . (1987), *Les Économies de la Grandeur: Cahiers du Centre d'Études de l'Emploi*, 31. Paris, PUF.
- . (1991), *De la Justification: Les Économies de la Grandeur*. Paris, Gallimard.
- . (1999), “The Sociology of Critical Capacity”. *European Journal of Social Theory*, vol. 2, nº 3, pp. 359-377.
- BUCKLEY, Frank H. (2003), *The Morality of Laughter*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. (2002), *Direito Legal e Insulto Moral: Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro, NuAP/Relume Dumará.
- CRITCHLEY, Simon. (2002), *On Humour*. London e New York, Routledge.
- CHATEAURAYNAUD, Francis. (1991), *La Faute Professionnelle: Une Sociologie des Conflits de Responsabilité*. Paris, Métailié.
- . (2011), *Argumenter dans un Champ de Forces: Essai de Balistique Sociologique*. Paris, Pétra.
- CICOUREL, Aaron V. (1964), *Method and Measurement in Sociology*. New York, The Free Press.
- COLEBROOK, Claire. (2004), *Irony: The New Critical Idiom*. London e New York, Routledge.
- COLLINS, Randall. (1981), “On the Micro-Foundations of Macro-Sociology”. *American Journal of Sociology*, nº 86, pp. 984-1014.

Alexandre Werneck

- DE CERTEAU, Michel. (2000), *A Invenção do Cotidiano, Vol. 1: Artes de Fazer*. Petrópolis, Vozes.
- DURKHEIM, Émile. (2003) [1912], *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo, Martins Fontes.
- EMERSON, Joan P. (1963), Social Functions of Humor in a Hospital Setting. Tese de doutorado, University of California, Berkeley.
- . (1969), “Negotiating the Serious Import of Humor”. *Sociometry*, vol. 32, nº 2, pp. 161-181.
- ERMIDA, Isabel. (2008), *The Language of Comic Narratives: Humor Construction in Short Stories*. Berlim e New York, Mouton de Gruyter.
- FERNANDEZ, James e HUBER, Mary Taylor (orgs.). (2001), *Irony in Action: Anthropology, Practice and the Moral Imagination*. Chicago, The University of Chicago Press.
- FOUCAULT, Michel. (1994), *Dits et Écris 1954-1988, Tome III: 1976-1979*. Paris, Gallimard.
- FREUD, Sigmund. (2014) [1927], “O Humor”, in *Obras Completas, vol. 17: Inibição, Sintoma e Angústia, o Futuro de uma Ilusão e Outros Textos (1926-1929)*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 322-329.
- GARFINKEL, Harold. (1967), *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, The Free Press.
- GAYET-VIAUD, Carole. (2008), “As Disputas de Cortesia no Espaço Urbano: Quando a Cortesia se Transforma em Violência”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 1, nº 1, pp. 61-91.
- GOFFMAN, Erving. (1952), “On Cooling the Mark-Out: Some Aspects of Adaptation to Failure”. *Psychiatry*, vol. 15, nº 4, pp. 451-463.
- . (1959), *The Presentation of Self in Everyday Life*. Garden City, Double Day.
- . (1963), *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*. New York, Prentice Hall.
- . (1982), *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*. New York, Pantheon.
- GRAEBER, David. (2011), *Debt: The First 5,000 Years*. New York, Melville.
- GRILLO, Carolina Christoph. (2013), *Coisas da Vida no Crime: Tráfico e Roubo em Favelas Cariocas*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ, Rio de Janeiro.
- HERZFELD, Michael. (1985), “Irony and Power: Toward a Politics of Mockery in Greece”, in *The Poetics of Manhood: Contest and Identity in a Cretan Mountain Village*. Princeton, Princeton University Press.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1958), *The Strategy of Economic Development*. New Haven, Yale University Press.
- . (1973), *Saída, Voz e Lealdade: Reações ao Declínio de Firms, Organizações e Estados*. São Paulo, Perspectiva.
- e LINDBLOM, Charles E. (1962), “Economic Development, Research and Development, Policy Making: Some Converging Views”. *Behavioral Science*, vol. 7, nº 2, pp. 211-222.

- HUTCHEON, Linda. (1995), *Irony's Edge: The Theory and Politics of Irony*. New York, Routledge.
- JOAS, Hans. (1996), *The Creativity of Action*. Chicago, The University of Chicago Press.
- JOSEPH, Isaac. (1984), *Le Passant Considérable*. Paris, Librairie des Méridiens.
- KNORR-CETINA, Karin. (1981), “The Micro-Sociological Change of the Macro-Sociology: Towards a Reconstruction of Social Theory and Methodology”, in K. Knorr-Cetina e A. V. Cicourel (orgs.), *Advances in Social Theory and Methodology: Toward an Integration of Micro- and Macro-Sociologies*. New York/London, Routledge & Kegan Paul.
- KUIPERS, Giseline. (2006), *Good Humor, Bad Taste: A Sociology of the Joke*. Berlim e New York, Mouton de Gruyter.
- LABOV, William. (1972), *Language in the Inner City: Studies in the Black English Vernacular*. Filadélfia, University of Pennsylvania Press.
- LATOUR, Bruno. (1997) [1987], *Ciência em Ação: Como Seguir Cientistas e Engenheiros Sociedade Afora*. São Paulo, Unesp.
- e WOOLGAR, Steve. (1979), *Laboratory Life: The Social Construction of Scientific Facts*. New York, Sage.
- L'YVONNET, François. (2012), *Homo Comicus: Ou l'Intégrisme de la Rigolade*. Paris, Fayard.
- . (1993), “Violência Urbana: Representação de uma Ordem Social”, in E. P. Nascimento e I. Barreira (orgs.), *Brasil Urbano: Cenário da Ordem e da Desordem*. Rio de Janeiro, Notrya, pp. 131-142.
- McEVOY, Sebastian. (1995), *L'Invention Défensive: Poétique, Linguistique, Droit*. Paris, Métailié.
- MEAD, George Herbert. (1934), *Mind, Self, and Society*. Chicago, The University of Chicago Press.
- MINOIS, Georges. (2003), *História do Riso e do Escárnio*. São Paulo, Unesp.
- MISSE, Michel. (1999), *Malandros, Marginais e Vagabundos: A Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.
- MORREALL, John. (1986), *The Philosophy of Laughter and Humor*. New York, State University of New York Press.
- PALMER, Jerry. (1994), *Taking Humour Seriously*. London e New York, Routledge.
- PEDLER, Frederick J. (1940), “Joking Relationships in East Africa”. *Africa: Journal of the International African Institute*, vol. 12, nº 2, pp. 170-173.
- PEETERS, Hugues e CHARLIER, Philippe. (1999), “Contributions à une Théorie du Disposif”. *Hermès*, nº 25, pp. 15-23.
- PEIRCE, Charles S. (1992), *The Essential Peirce, Vol. 1: Selected Philosophical Writings (1867-1893)*. Bloomington, Indiana University Press.
- . (1998), *The Essential Peirce, Vol. 2: Selected Philosophical Writings (1893-1913)*. Bloomington, Indiana University Press.

Alexandre Werneck

- PETERS, E. Lloyd. (1972), "Aspects of the Control of Moral Ambiguities: A Comparative Analysis of Two Culturally Disparate Modes of Social Control", in M. Gluckman (org.), *The Allocation of Responsibility*. Manchester, Manchester University Press.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. (1940), "On Joking Relationships". *Africa: Journal of the International African Institute*, vol. 13, nº 3, pp. 195-210.
- . (1949), "A Further Note on Joking Relationships". *Africa: Journal of the International African Institute*, vol. 19, nº 2, pp. 133-140.
- RASKIN, Victor (org.). (2008), *The Primer of Humor Research*. Berlin e New York, Mouton de Gruyter.
- SACKS, Mike. (2009), *And Here's the Kicker: Conversations with 21 Top Humor Writers on their Craft*. Cincinnati (EUA), Writer's Digest Books.
- SCHÜTZ, Alfred. (1943), "The Problem of Rationality in the Social World". *Economica*, vol. 10, nº 38, pp. 130-149.
- SCOTT, Marvin B. e LYMAN, Stanford M. (2008) [1968], "Accounts". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 1, nº 2, pp. 139-172.
- SECKMAN, Mark A. e COUCH, Carl J. (1989), "Jocularitry, Sarcasm, and Relationships: An Empirical Study. *Journal of Contemporary Ethnography*, vol. 18, nº 3, pp. 327-344.
- SIMMEL, Georg. (2009) [1908], *Sociology: Inquiries into the Construction of Social Forms*. Leiden/Boston, Brill.
- THÉVENOT, Laurent. (1990), "L'Action qui Convient", in P. Pharo e L. Quéré (eds.), *Les Formes de l'Action*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, pp. 39-69.
- . (1994), "Le Regime de Familiarité: Des Choses en Personnes". *Genèses*, nº 17, pp. 72-101.
- THOMAS, William I. e THOMAS, Dorothy Swaine. (1938) [1928], *The Child in America: Behavior Problems and Programs*. New York, A. A. Knopf.
- THUDEROZ, Christian. (2010), *Qu'Est-ce que Négocier? Sociologie du Compromis et de l'Action Reciproque*. Rennes, PU Rennes.
- VARGAS, Gardênia. (2008), "Conversa de Botequim": A Comunicação Informal e suas Idiossincrasias nas Mesas de Bar. Monografia, graduação em comunicação social. Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha). Rio de Janeiro.
- WEBER, Max. (2001) [1904], "A 'Objetividade' do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política", in *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez.
- WERNECK, Alexandre. (2004), Comunicação e Cinismo: A Razão Cínica na Esfera Pública Observada na Cobertura do Primeiro de Maio em Jornais. Dissertação de mestrado, Escola de Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro.
- . (2011), A Construção Social de uma Negatividade Moral Óbvia: A Efetivação da Imagem das Chamadas Milícias na CPI que as Persegue. Trabalho apresentado no III Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais: Ilegalismos e Lugares Morais. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 6-9 de dezembro.
- . (2012), *A Desculpa: As Circunstâncias e a Moral das Relações Sociais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

“Dar uma Zoadá”, “Botar a Maior Marra”...

- . (2013), *Organização Social do Crime e Construção Social do Uso da Violência como Recurso: O Caso das Chamadas ‘Milícias’ no Rio de Janeiro*. Relatório de Pesquisa de Auxílio Instalação, Faperj.
- . (2014a), “Teoria da Rotulação (verbete)”, in J. L. Ratton; R. S. de Lima e R. G. de Azevedo (orgs.), *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo, Contexto/FBSP.
- . (2014b), “Sociologia da Moral, Agência Social e Criatividade”, in A. Werneck e L. R. Cardoso de Oliveira (orgs.), *Pensando Bem: Estudos de Sociologia e Antropologia da Moral*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, pp. 25-48.
- WRIGHT MILLS, Charles. (1940), “Situating Actions and Vocabularies of Motive”. *American Sociological Review*, vol. 5, nº 6, pp. 904-913.

Alexandre Werneck

RESUMO

“Dar uma Zoadá”, “Botar a Maior Marra”: Dispositivos Morais de Jocosidade como Formas de Efetivação e sua Relação com a Crítica

O objetivo deste artigo é analisar o papel desempenhado pela jocosidade em situações de crítica, que poderiam resultar em conflitos, mas que, por meio de dispositivos morais baseados no humor, mantêm a paz, sem prejuízo da própria crítica. O trabalho, baseado na observação etnográfica em ruas de um bairro periférico e do centro do Rio de Janeiro, enfatiza dois dispositivos: por um lado, a “zoação”, na qual a crítica é apresentada como se não fosse séria ou relevante, mas proporcionando ainda assim a colocação de algo em questão; e, de outro, a “marra”, na qual se recusa de forma competitiva a posição moral superior produzida pela crítica, atacando-se jocosamente o crítico com outra crítica, iniciando-se assim uma disputa. Em ambos os casos, a coordenação entre a *forma-crítica* e a *forma-piada* permitirão uma dupla mecânica de efetivação, sustentando um *slack* crítico, segundo o qual a percepção de negatividades morais permanece circulante, mas sem debates formais sobre princípios e ruptura da rotina.

Palavras-chave: jocosidade; crítica; efetivação; sociabilidade; moral

ABSTRACT

“Dar uma Zoadá” and “Botar a Maior Marra”: Moral Devices of Jocosity as Forms of Effectuation and its Relation to Critique

The aim of this article is to analyze the role of jocosity during moments of critique which could otherwise result in conflict but which, through moral devices based on humor preserve peace, whilst effectuating critique. The investigation, based on ethnographic observations in the streets of a peripheral neighborhood and the central zone of Rio de Janeiro, emphasize two devices: “zoação”, in which the critique is presented as if it weren’t serious or relevant, but nevertheless still poses a challenge; and, on the other hand, the “marra” in which one competitively rebukes the superior moral position claimed by the critique, jokingly attacking the critic with another critique, thereby initiating a dispute. In both cases, the coordination between the *critique-as-form* and the *joke-as-form* create a double mechanism of effectiveness, sustaining a critical slack according to which the perception of moral negativity remains in circulation, but without formal debates about principles and breaks with routine.

Keywords: jocosity; critique; effectuation; sociability; morality

RÉSUMÉ

"Dar uma Zoadá", "Botar a Maior Marra": Les Dispositifs Moraux de Raillerie comme Formes d'Objectivation et leur Rapport à la Critique

L'objectif de cet article est d'analyser le rôle joué par la raillerie pour émettre des critiques passibles de provoquer des conflits, mais qui, par l'entremise de dispositifs moraux basés sur l'humour, préservent la paix sans pour autant infirmer la critique. Ce travail, basé sur une observation ethnographique dans les rues d'un quartier périphérique et du centre de Rio de Janeiro, se concentre sur deux dispositifs: d'un côté, la "zoação", où la critique est présentée comme si elle n'était pas sérieuse ou pertinente, mais qui permet toutefois de remettre quelque chose en question; de l'autre, la "marra", qui permet de renier par la compétition la position morale supérieure que produit la critique et où l'on attaque plaisamment l'émetteur de la critique avec une autre critique, dans une sorte de duel. Dans les deux cas, le lien créé entre la *forme-critique* et la *forme-plaisanterie* permet une double mécanique d'objectivation à la base d'un flottement critique, où la perception des négativités morales persiste, mais sans débats formels sur les principes ni rupture de la routine.

Mots-clés: raillerie; critique; objectivation; sociabilité; morale

RESUMEN

"Dar uma Zoadá", "Botar a Maior Marra": Dispositivos Morales de Jocosidad como Formas de Efectuación y su Relación con la Crítica

El objetivo de este artículo es analizar el rol jugado por la jocosidad en situaciones de crítica, que podrían resultar en conflictos, pero que, a través de dispositivos morales basados en el humor, logran mantener la paz, sin perjuicio de la propia crítica. Este trabajo, basado en observación etnográfica en calles de un barrio periférico y del centro de Río de Janeiro, subraya dos dispositivos: por un lado, la "zoação", donde la crítica es presentada como si no fuese seria o relevante, aunque ofreciendo la posibilidad de la discusión de algo; y, por otro, la "marra", que supone un rechazo competitivo a la posición moral superior producida por la crítica, a la vez que un ataque chistoso al crítico con otra crítica, iniciándose, de este modo, una disputa. En los dos casos, la coordinación entre la *forma-crítica* y la *forma-chiste* permitirán una doble dinámica de efectuación, sosteniendo una fluctuación crítica, según la cual la percepción de negatividades persiste, aunque sin debates formales sobre principios y ruptura de la rutina.

Palabras clave: jocosidad; crítica; efectuación; sociabilidad; moral